

Painel 2 – As bases do crescimento

Oportunidades em infraestrutura e energia

A infraestrutura brasileira é notoriamente carente de investimentos. E o cenário se agravou nas últimas décadas, já que o capital aplicado em áreas como água, saneamento, transportes, entre outros setores, diminuiu na proporção em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) – veja gráfico na pág. 23. Mas uma grande virada pode acontecer nos próximos anos, com os megaeventos confirmados no País – a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016 –, além das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, em sua segunda fase.

Os fatos trazem oportunidades para empresas e o governo, mas geram dúvidas. Em especial, sobre a oferta de energia. Mesmo com o alto potencial das suas matrizes energéticas, o Brasil será capaz de atender a essa demanda crescente? E o preço da energia, vai continuar sendo um fator de entrave competitivo?

A abertura do segundo painel do evento ficou por conta do sócio da Deloitte Reinaldo Grasson, que alertou: “as projeções apontam para o crescimento macroeconômico do País, mas grandes dúvidas pairam sobre a nossa capacidade de entregar os ativos de infraestrutura – ativos esses que vão garantir o crescimento sustentável”. Grasson lembrou que, na década de 70, investia-se de 5% a 6% do PIB brasileiro em infraestrutura. Hoje, não passamos de 2%. Mesmo assim, os planos são grandiosos. “Além do mercado doméstico, que coloca uma pressão grande por novos projetos em infraestrutura, teremos os megaeventos, cada um com investimentos na ordem de US\$ 10 bilhões, e o PAC 2, com previsão de aporte mais de R\$ 1 trilhão. Estamos preparados para aproveitar esse momento histórico do País para fazer história?”, indagou Grasson.



Mediador: Reinaldo Grasson, sócio da área de Corporate Finance da Deloitte e especialista no setor de infraestrutura



para garantir o crescimento do País



Planejar para crescer

Carlos Cavalcanti, diretor do Departamento de Infraestrutura da FIESP, colocou o fator "planejamento" como preponderante para que o Brasil tire proveito do cenário positivo. "Não faltam fontes de financiamento, e nem empreendedorismo, já que, no País, temos empresas e empresários capazes de fazer bom uso desse capital. O problema no setor de infraestrutura no Brasil é que ele ainda não segue o modelo vencedor do setor elétrico, baseado em planejamento. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) tem como função projetar o setor dez anos adiante. Dessa forma, ela induz o investimento, prevendo cada ação a ser tomada", diz Cavalcanti. "Já nas áreas de infraestrutura, infelizmente, não existe a previsibilidade", alerta.

Para Cavalcanti, outro ponto falho e que deve ser repensado é a articulação entre os líderes dos setores que compõem a infraestrutura brasileira: "não há um ponto em comum entre quem cuida das rodovias, quem é responsável pelas ferrovias,

pelos aeroportos e portos, por exemplo. Isso é fundamental, mas inexistente".

Um país que almeja manter seu crescimento acelerado deve olhar com atenção a área de transportes. Reinaldo Grasson lembrou, porém, que os problemas no setor afetam o Custo Brasil e a competitividade das empresas locais. "Os empreendedores fazem o seu dever, investem nos processos, na inovação, em capital humano, mas do portão de casa para fora, nas rodovias e portos, por exemplo, os grandes desafios começam, colocando a competitividade em risco."

O setor aeroportuário, por exemplo, ganha destaque na mídia nacional por conta da sua defasagem; está claro que, com a ascensão das classes emergentes e o aumento do poder aquisitivo, voar é realidade para mais e mais brasileiros. Mas o sistema não acompanhou esse crescimento de passageiros. E a tendência é que esse desafio cresça em tamanho. O Brasil está preparado? Existem investimentos para acomodar esse novo cenário?

"Faço ainda outra pergunta: onde está o planejamento?", provoca Carlos Cavalcanti. "Não estamos pensando de forma estratégica sobre quantos aeroportos mais precisamos e onde eles devem ser construídos. Afinal, quem está olhando para isso? Não dá para pensar sem o conceito de logística e por isso, quando se fala em infraestrutura, temos que mirar mais para frente, para os próximos 50 anos."

Infraestrutura para além dos megaeventos

"A boa engenharia se faz com um bom planejamento", prega Eduardo Millen, presidente da Associação Brasileira de Engenharia e Consultoria Estrutural (ABECE). Millen reforça a importância de se planejar, especialmente no caso das obras previstas para atender aos megaeventos que se aproximam. "Fazer um estádio de futebol requer mais do que a própria obra: ela demanda toda uma infraestrutura no entorno – e é esse pensamento, esse planejamento, que fica de legado para a região, para o País", diz. E continua: "Atenas é um exemplo que não deve ser seguido. Já Barcelona e Sidney cresceram muito em função dos eventos esportivos que lá foram

Carlos Cavalcanti,
diretor-titular do
Departamento de
Infraestrutura da Federação
das Indústrias do Estado
de São Paulo (FIESP)





Eduardo Barros Millen, presidente da Associação Brasileira de Engenharia e Consultoria Estrutural (ABECE)

realizados. A questão é 'vamos capitalizar com os megaeventos? O que vai ser do Brasil depois deles?'

Millen diz que ainda não vê um planejamento integrado, contemplando toda a necessidade de infraestrutura das cidades-sedes: "nessa questão, estamos atrasados e tenho uma certa preocupação. Mas, do ponto de vista da engenharia brasileira, que é referência mundial, e da nossa capacidade técnica, temos, ainda, todas as condições de entregar as obras para os megaeventos".

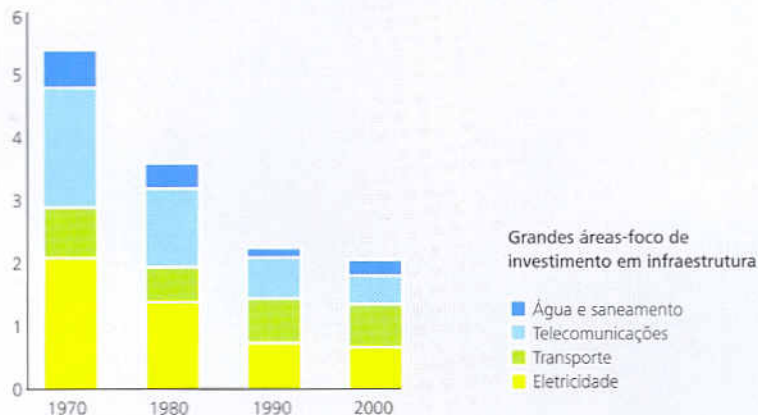
Energia para dar e vender. Será?

Um dos grandes diferenciais brasileiros é sua matriz energética com alto potencial e diversidade – fato que chama atenção internacional. Mas, ainda assim, vivemos apreensivos com a crescente demanda de energia e sua disponibilidade para os próximos anos.

Para Carlos Faria, presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia, a ANACE, "em um mundo faminto por energia, o Brasil aparece como solução, não como problema. Poucos países contam com um potencial energético tão magnífico. Produzimos 90 mil megawatts de energia elétrica nas usinas hidrelétricas, mas temos um potencial de 170 mil megawatts.

Infraestrutura no Brasil

Diminuição do investimento nas últimas quatro décadas (em % do PIB)



Fontes: World Bank, IPEA e BNDES

Brasil: investimentos crescentes em energia limpa

Segundo dados do relatório "Who's Winning the Clean Energy Race?", publicado pela organização não governamental norte-americana Pew Charitable Trusts, o Brasil está na sexta posição entre os países que mais recebem investimentos para o desenvolvimento de fontes renováveis de energia.

Em 2010, o País aplicou **R\$ 12,1 bilhões**. Do total investido, **40%** foram destinados para os biocombustíveis, **31%** para energia eólica e **28%** para outras fontes.

O primeiro lugar é da China (com R\$ 87,1 bilhões investidos), seguida da Alemanha (R\$ 65,9 bilhões), do ex-líder Estados Unidos (R\$ 54,4), da Itália (R\$ 22,2) e de um grupo de países da União Europeia (R\$ 21,4).

Fonte: Instituto AKATU



Carlos Faria, presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE)

Isso sem falar no etanol, na biomassa de cana, na energia eólica e na solar". Faria deixou claro que a energia hidrelétrica deve continuar sendo a âncora da expansão da oferta, mas tem como tendência a utilização de usinas de baixa queda e a fio d'água. "Infelizmente, não foi dada a possibilidade da sociedade brasileira de discutir a adoção de grandes reservatórios de acumulação de água, com benefícios em saneamento, regularização, pesca, turismo, transporte, abastecimento de água e outros", ponderou.

Sobre os mini-apagões que deixam a população insegura, Faria explicou que eles não estão ligados à capacidade de gerar energia, mas à dificuldade de fazer o produto chegar até o consumidor final – ou seja, à falta de investimentos na manutenção das companhias de transmissão e distribuição.

"O problema do Brasil nesse momento não é geração. Não vai faltar energia a curto prazo e os investimentos que vêm pela frente garantem isso. Nosso maior problema, que afeta inclusive a competitividade brasileira, é o custo", reitera Marcelo Mello, presidente da Brazilian Intercontinental Exchange (BRIX).

"A indústria de alumínio, por exemplo, está sendo



Entenda o “Mercado Livre de Energia”

O Mercado Livre de Energia possibilita aos consumidores escolherem seu fornecedor de energia. Nesse mercado, o usuário negocia livremente o prazo contratual, os preços, a variação do preço ao longo do tempo e os serviços associados à comercialização. Ao participar do mercado livre, o consumidor assume responsabilidades em relação aos preços da energia, mas tem oportunidade de ser atendido de forma individual, conforme suas características de consumo – o que é impossível no mercado cativo (mercado tradicional de energia, no qual a maioria da população está inserida).

Segundo dados da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE), o mercado livre já atinge hoje cerca de 25% do mercado nacional, movimentando aproximadamente R\$ 25 bilhões

por ano em transações de compra e venda de energia.

Muitas indústrias de médio e grande portes já se tornaram consumidores livres de energia, e atualmente o mercado livre se expande para os setores comerciais e de serviços (shopping centers, edifícios comerciais, supermercados, bancos etc).

Os consumidores do mercado livre pagam às companhias de distribuição pelo acesso e uso de suas redes, em valores equivalentes aos que são pagos pelos consumidores cativos. A diferença está na compra da energia.

Para o consumidor cativo, o distribuidor tem tarifa regulada. O preço da tarifa é o resultado de um mix de contratos de longo prazo e de planejamento entre o governo do Estado e a distribuidora de

energia. Ele também participa do rateio dos custos da diferença entre geração programada e realizada.

Já o consumidor livre pode negociar livremente seus contratos de fornecimento de energia, podendo escolher se serão baseados em volume, preço, duração e indexação no chamado Ambiente de Contratação Livre (ACL). Ele toma para si a tarefa de gerir suas compras de energia e os riscos associados a essas compras.

Os atuais critérios de migração para o mercado livre foram estabelecidos em 1998, pela Lei no 9.648, que criou dois grupos de consumidores aptos a escolher seu fornecedor de energia elétrica.

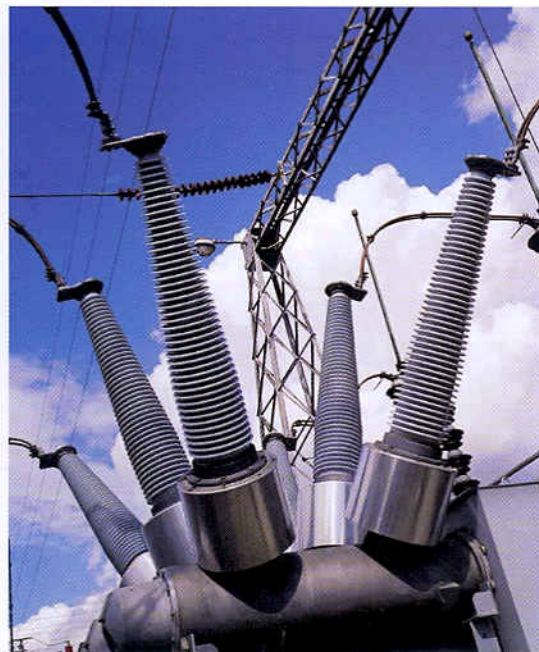
O primeiro grupo é composto por quem consome carga maior ou igual

a 3.000 KW. Também são livres para escolher o seu fornecedor as novas unidades consumidoras instaladas após 27 de maio de 1998, com demanda maior ou igual a 3.000 KW.

O segundo grupo, composto pelas unidades consumidoras com demanda maior que 500 KW, também pode escolher seu fornecedor, mas a escolha está restrita à energia proveniente das chamadas fontes incentivadas: PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas), Usinas de Biomassa, Usinas Eólicas e Sistemas de Cogeração Qualificada.

Segundo a Anace, se o limite de consumo estabelecido pela lei passar de 3.000 KW para 1.000 KW, o potencial do mercado livre chega a algo entre 40% e 48% do mercado nacional.

Fontes: Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE) e BRIX



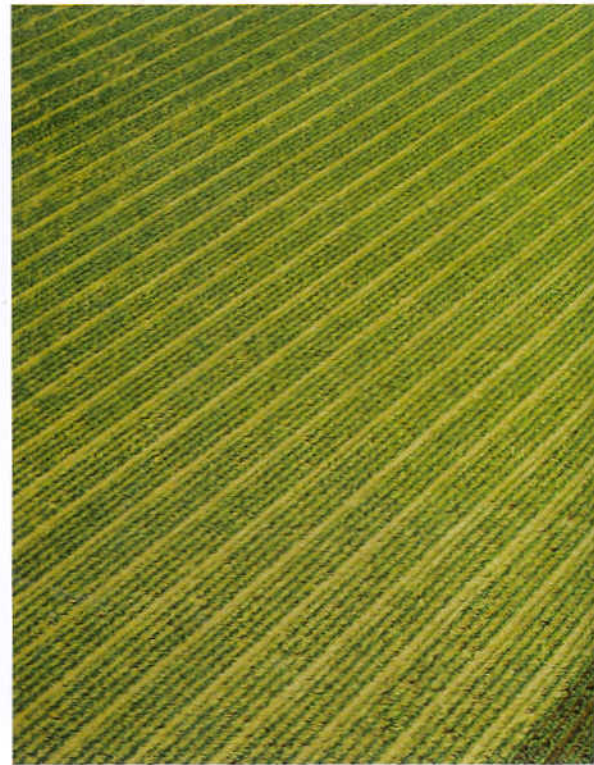
BRIX: o que é?

A Brazilian Intercontinental Exchange (BRIX) é uma plataforma eletrônica de negociação de energia elétrica no Brasil, que atende aos mais de 1.400 agentes que atuam no Ambiente de Contratação Livre (ACL), também chamado “mercado livre”. A BRIX nasceu com o propósito de ser posteriormente transformada em uma bolsa de energia elétrica por meio da introdução progressiva de mecanismos de liquidação financeira e contratos multilaterais. A implementação ocorrerá em três etapas ao longo dos próximos anos e será feita naturalmente em função da evolução do mercado. “A criação da BRIX vem em momento muito propício, pois o crescimento econômico do Brasil traz diversas oportunidades, em particular, ao mercado de energia. Vamos ajudar a fomentar no Brasil os benefícios que outros mercados já experimentaram a partir de ambientes eletrônicos de negociação de energia”, avalia Roberto Teixeira da Costa, sócio e presidente do Conselho de Administração da BRIX.

www.brix.com.br



Marcelo Mello, presidente da Brazilian Intercontinental Exchange (BRIX)



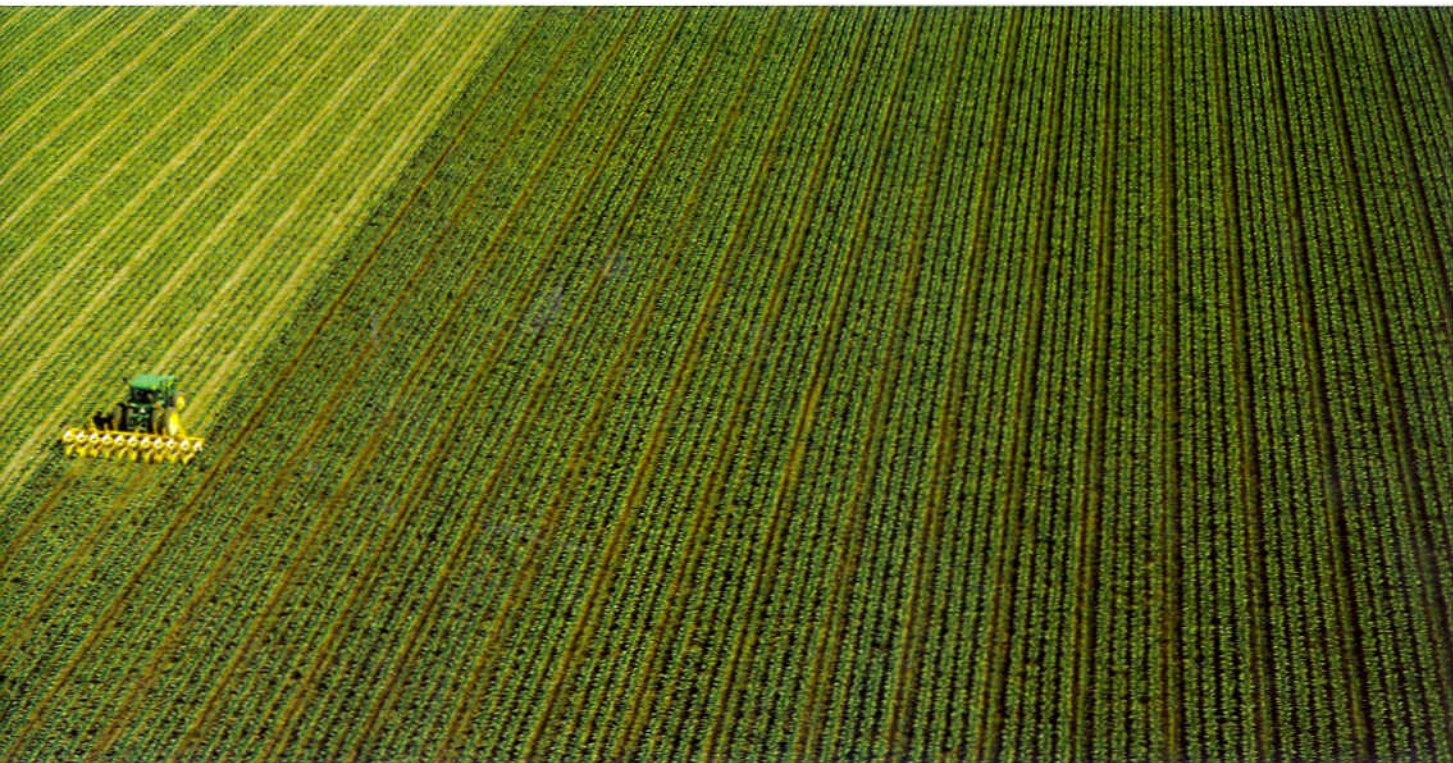
Longa jornada

Levantamento aponta os prazos para os projetos de infraestrutura no País (em meses):



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)





obrigada a procurar outras localidades para se instalar e não consegue se expandir no País, especialmente pela questão do preço da energia”, conta.

Mello diz que o Brasil fez progressos importantes no setor e destaca a criação do Mercado Livre de Energia, que traz competitividade para a indústria, mas, para endereçar o problema de preços, é preciso mais: “temos que expandir o mercado livre, permitindo que as empresas possam negociar entre si com mais dinamismo. E também garantir mais transparência do setor, já que não se sabe exatamente o preço da energia. Há uma agenda muito extensa a ser trabalhada contra a lógica perversa dos custos”.

Faria lembra que a carga tributária sobre a conta de luz é de 45%, enquanto que os tributos sobre a economia como um todo giram em torno de 35%. “Ao todo, são 23 impostos e 13 encargos na tarifa. Isso resulta numa das contas de energia mais caras do mundo”, comenta.

Planejar e investir

A seguir, alguns números que mostram por que o Brasil deve conjugar esses dois verbos acima – nessa ordem – para aproveitar as oportunidades dos próximos cinco anos:

R\$ 922 bilhões até o final de 2015 é quanto o Brasil deve investir em obras importantes e necessárias

R\$ 185 bilhões ao ano, na segmentação do número acima levantado pela Abdib

R\$ 146,5 bilhões foram investidos ao longo de 2010 em serviços de infraestrutura

Fonte: Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base (ABDIB)